

As receitas de Bandeiras Tarifárias foram concebidas para cobrir os custos inerentes aos seguintes itens:

- (i) Custo do Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEAR-D);
- (ii) Resultado no Mercado de Curto Prazo - MCP;
- (iii) Risco Hidrológico das usinas contratadas em regime de Cotas;
- (iv) Risco Hidrológico da UHE Itaipu Binacional;
- (v) Encargo de Serviços do Sistema relativo ao despacho de usinas fora da ordem de mérito e com CVU acima do PLD máximo; e
- (vi) Risco Hidrológico dos agentes de geração que firmaram o Termo de Repactuação de Risco Hidrológico em conformidade com a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

Na apuração do mês de março, a conta apresentou um resultado positivo de R\$ 308,4 milhões e a receita de bandeiras foi de R\$ 260,4 milhões.

O resultado positivo é explicado pela consideração da cobertura de EER na apuração da CCRBT, conforme versão 1.4 do submódulo 6.8 do PRORET. As distribuidoras recebem essa cobertura nos processos tarifários e, como no mês de fevereiro esse encargo foi zero, toda a cobertura caracteriza um excedente para as distribuidoras. Acrescenta-se a isso, a cobertura parcial de risco hidrológico que passou a ser concedida às concessionárias que tiveram processos tarifários em março de 2017, o que contribuiu para o resultado positivo do mês.

Contudo, o resultado positivo no mês corrente não foi suficiente para cobrir o déficit acumulado na conta de cerca de R\$ 730,9 milhões, restando aproximadamente R\$ 356 milhões para compensação futura.

O gráfico abaixo apresenta o comparativo de receita de adicionais de bandeiras tarifárias e custos das distribuidoras ao longo do ano de 2016 e 2017:

Gráfico – Receita vs Custos

